

Diário do Legislativo de 12/05/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR-PP)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PMDB-PT-PcdoB

Deputada Maria Tereza PMDB-PT-PcdoB
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PcdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PcdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro Silva

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputada BPS
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrus Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD

Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PcdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado BSD
Luiz Humberto Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio Souza Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente

Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
André
Quintão

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BSD
João Leite

Deputado BSD
Duarte
Bechir

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria Tereza Lara

Deputado BPS
Rômulo Veneroso

Deputado PDT
Tenente Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PcdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reís BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PMDB-PT-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PcdoB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PMDB-PT-PcdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma
Diniz

Deputado BSD
Marcus
Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Genaro Antônio BPS

Deputada Ferramenta Cecília PMDB-PT-PcdoB

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa BPS Presidente

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado Luiz Humberto Carneiro BSD

Deputado Gilberto Abramo PRB

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Gil Pereira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco Inácio BPS

Deputado Pimenta Carlos PDT

Deputado Sawan Fahim BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PcdoB

Deputado Ângelo Durval PMDB-PT-PcdoB

Deputado Fabiano Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 7ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Nacional das Comunicações

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/5/2010

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Entrega de placa - Palavras do Sr. Marcos André Carneiro Naves - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Weliton Prado - Ademir Lucas - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração do Dia Nacional das Comunicações.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Marcos André Carneiro Naves, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão - Amirt -; Olavo Machado Júnior, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; e João Bosco Torres, Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg -, representando o Presidente, Aires Mascarenhas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação da TV Assembleia.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará entrega ao Sr. Marcos Naves, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "O Dia Nacional das Comunicações, instituído por lei em 1971, é comemorado em 5 de maio, dia do nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, humanista, amigo e protetor dos índios, e, em especial, competente engenheiro. Responsável pela instalação de mais de dois milhões de metros de linhas telegráficas pelo sertão brasileiro, nos primeiros anos do século XX, O Marechal Rondon contribuiu decisivamente para a garantia da integridade do território nacional, o que o faz um dos grande heróis de nossa pátria. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem a satisfação de comemorar essa data, pela importância das comunicações na redução das distâncias entre a gente deste país continental".

Palavras do Sr. Marcos André Carneiro Naves

Boa noite a todos. Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, que tem também o título de radiodifusor; Exmo. Sr. Olavo Machado Júnior, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; João Bosco Torres, Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg -, representando o Presidente Aires Mascarenhas, senhores e senhoras, na placa havia um dizer: "integridade nacional", responsabilidade que até hoje o radiodifusor guarda para si e que teve início com o Marechal Rondon. Na verdade, no dia 5 de maio, é comemorado o Dia Nacional das Telecomunicações, exatamente em homenagem ao nascimento nesse dia, em 1865, do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, patrono das comunicações do Brasil. Como disse a placa, ele foi o grande divulgador das telecomunicações, unindo o Brasil por meio das linhas telegráficas.

Para que a comunicação aconteça, são necessários três elementos: o emissor, o receptor e a mensagem. O que nós, da radiodifusão fizemos, foi massificar a mensagem, inserindo o quarto elemento: o veículo. Radiodifusão é essencial para mantermos unido um país com dimensões

continentais. A TV brasileira faz isso com competência que beira a perfeição. Integra com informação, por meio do jornalismo, dos seus telejornais; integra com humor, o humor inteligente do CQC, agressivo do Pânico ou debochado do Casseta e Planeta; integra com a emoção de suas telenovelas, desde o primeiro beijo entre Vida Alves e Walter Foster, na antiga TV Tupi. Essa integração nacional deve muito à TV brasileira, e a manutenção da cultura local e o fortalecimento das características regionais devem muito ao rádio. É a liberdade desse modelo federativo que precisamos preservar. Existem empresas de pequeno e médio porte produtoras de conteúdo local, e grandes empresas, organizadas em rede e com abrangência nacional, todas prestando serviço regulado pelo governo federal. Fizemos muito, mas temos muito a fazer. A tevê transpôs a barreira do digital, e agora é a vez do rádio, companheiro inigualável de todos nós. Minas Gerais terá papel preponderante na escolha do sistema digital a ser adotado no Brasil. Daremos vitalidade àquele que é o companheiro que não se cansa de prestar serviços para a população e de nos trazer cultura e entretenimento. O rádio e a tevê digital do futuro não fugirão às suas obrigações, cumprirão o mesmo objetivo do Marechal Rondon e seu telégrafo: o de integrar nosso país e nosso povo.

Agora gostaria de aproveitar o momento para fazer convite a vocês: de 19 a 21 de maio, Belo Horizonte sediará o Congresso Mineiro de Radiodifusão no Minascentro. É importante a presença de todos para discutirmos as principais metas da radiodifusão e os temas e os conteúdos da comunicação. Muito obrigado novamente ao autor do requerimento que deu origem a esta reunião, meu amigo radiodifusor Alberto.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Marcos André Carneiro Naves, Presidente da Amirt - como ele se referiu, tive a honra de participar dessa importante entidade, que congrega os radiodifusores de Minas, pela minha militância e pelo amor que devo ao rádio -, senti-o muito à vontade na tribuna e atribuo isso não só à sua vocação para comunicador, pois também me recordei do seu pai, o ex-Deputado Tancredo Naves, que honrou e dignificou o mandato parlamentar nesta Casa; Exmo. Sr. Olavo Machado Júnior, Vice-Presidente da Fiemg - destaque aqui que, por votação unânime, é o Presidente eleito da Fiemg e sucederá o Robson Andrade, atual Presidente, que, por sua vez, assume a Confederação Nacional da Indústria; Exmo. Sr. João Bosco Torres, Vice-Presidente da Jucemg, meu amigo, representando o Presidente Aires Mascarenhas, que também é ex-Presidente da Amirt e amante do rádio: a cinco meses das eleições para as Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado, governos estaduais e Presidência da República, vive-se no País intensa articulação entre os partidos políticos para definição de candidaturas, alianças e estratégias de campanha. No círculo dos postulantes ao cargo de Presidente da República, propostas a serem inseridas nos programas de governo são apresentadas abertamente ao público, como ocorreu na semana passada, em Belo Horizonte, durante o Congresso Mineiro de Municípios, nos discursos dos três pré-candidatos que compareceram ao evento.

Os temas em debate, como reforma tributária e perda de arrecadação das Prefeituras, deveriam, a propósito, constar como prioritários na agenda dos parlamentos, assim como dos governos estaduais e federal, diante da necessidade de corrigir distorções inaceitáveis em nosso federalismo, notadamente a concentração de poderes e recursos na esfera da União, em detrimento dos Estados e Municípios. Nesta Casa, os assuntos referentes ao municipalismo sempre mereceram atenção especial, devido à estreita vinculação dos Deputados com as comunidades mineiras e à compreensão de que é no âmbito dos Municípios que se estabelecem as reais condições de vida dos cidadãos. Exemplos recentes desse olhar atento às questões municipalistas foram a aprovação, no ano passado, da Lei nº 18.030, que dispõe sobre a distribuição mais equânime da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, e a realização, também no ano passado, do ciclo de debates "Minas combate a crise", no qual um dos temas de maior relevância foi a crítica situação financeira das Prefeituras. Nos dias 19 e 20 deste mês, durante o ciclo de debates "Pacto federativo, questão tributária e políticas públicas no País", estarão novamente em pauta na Assembleia Legislativa os problemas vinculados à falta de autonomia e às competências dos Estados e Municípios. Os pontos de vista e os argumentos expostos pelos pré-candidatos à Presidência da República, no Congresso Mineiro de Municípios, sobre esses e outros assuntos naturalmente serão contabilizados pelos eleitores, não apenas porque a plateia era composta por influentes formadores de opinião - Prefeitos mineiros e outros representantes do mundo político - mas também porque ganharam imediata ressonância, graças à cobertura feita pelos principais veículos de comunicação estaduais e nacionais. É indispensável, para o fortalecimento do processo democrático brasileiro, que todas as informações sobre os candidatos, os partidos, as campanhas, os compromissos e as plataformas de atuação sejam de amplo conhecimento da sociedade, para que ela possa escolher, com plena consciência, seus representantes e governantes. Isso só é possível com a atuação permanente dos órgãos de imprensa, no cumprimento de sua missão de informar a população sobre todos os assuntos de seu interesse, com autonomia e liberdade, em permanente vigilância sobre os fatos que possam interferir na vida dos cidadãos.

Sentimo-nos impelidos, nesta ocasião, a manifestar a admiração e o respeito da Assembleia Legislativa aos veículos de comunicação de Minas Gerais, pela inegável contribuição que têm dado ao aprimoramento das atividades da Casa, assim como para a correção de rumos nas políticas públicas estaduais, apontando suas lacunas e as demandas dos diversos segmentos da sociedade. Nosso reconhecimento à importância da comunicação reflete-se também na estrutura criada pelo Parlamento para integrar-se aos órgãos da imprensa, procurando oferecer as condições necessárias ao trabalho de seus profissionais e ainda para disponibilizar à população todas as informações relevantes sobre a dinâmica e as funções legislativas. Para isso, contamos com um corpo de servidores qualificados e investimos constantemente em novas tecnologias e no aprimoramento da política de comunicação institucional voltada para a compreensão e a valorização das ações da Casa. Destina-se ainda essa política a dar maior transparência às atividades parlamentares e a estimular a participação da sociedade no debate das questões colocadas em pauta na Assembleia. É oportuno lembrar que tais diretrizes constam claramente no Direcionamento Estratégico do Parlamento para os próximos 10 anos, sintetizado na pergunta que nos motivou a elaborá-lo: que Assembleia queremos ser em 2020? Também sinteticamente poderíamos responder: esta Casa trabalha para ser reconhecida, cada vez mais, como o Poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor. Uma sociedade melhor é o que pretendem, da mesma forma, os veículos de comunicação mineiros e todos os seus profissionais. A eles, na pessoa do Sr. Marcos Naves, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão, dirigimos nossa homenagem pelo Dia Nacional das Comunicações. Como parte desta comemoração, logo após esta solenidade, teremos a honra de contribuir para o lançamento do livro "Rádio Entre as Montanhas - Histórias, Teorias e Afetos da Radiofonia Mineira", no Salão Nobre da Casa. Trata-se de um conjunto de ensaios e relatos produzidos por reconhecidos profissionais ligados a emissoras de rádios e aos meios acadêmicos, o qual nos ajudará a compreender melhor e a valorizar esse veículo de comunicação que nos acompanha no nosso dia a dia e que será sempre imprescindível em nossas vidas.

Antes de encerrar a reunião, gostaria de manifestar minha grande satisfação pela oportunidade que me foi trazida pelo Eduardo Costa para que o Parlamento mineiro participasse da elaboração desse importante documento, que retrata episódios palpantes da história do rádio e dá-nos uma pequena mostra da importância desse veículo na construção da história de Minas e do País, da formação cidadã, da formação da consciência crítica dos interesses de bem formar. Depois, folheando essa obra, comecei a recordar a minha experiência, que, no primeiro momento, me aproximou do rádio na primeira função pública como Diretor do Dentel em Minas Gerais, por indicação do então Governador de Brasília. Hoje temos aqui o espaço democrático com o nome desse grande mineiro e brasileiro, José Aparecido de Oliveira. A homenagem que me prestaram os radiodifusores naquela ocasião, por uma coincidência, deu-se aqui, no restaurante, que então existia na Assembleia. Foi saudado por ninguém menos que Januário Carneiro, essa lenda do rádio, um amigo fraterno. Naquela ocasião, ao fazer a sua saudação ao novo Diretor, Januário contou um episódio pitoresco, mas enriquecedor, de como os empresários de rádio viam os membros do Dentel, que tinham a nobre missão de fiscalizar as emissoras de rádio. Segundo ele, Lampião e seu bando, ao percorrerem os sertões nordestinos, numa certa madrugada, famintos, avistaram uma venda, bateram à porta, o dono desceu com a sua esposa, então pediram bebida, comida, comeram à vontade, abastaram-se. Depois que terminaram, ao se despedir e agradecer a forma gentil com que o dono do estabelecimento, um turco, os tratou - os turcos são afeitos ao comércio e sabem muito bem os seus deveres -, apresentou-se e disse: "Sou Lampião, essa é Maria Bonita e esses são os cangaceiros do meu bando". Então o turco perguntou: "Vocês não são fiscais?". Quando Lampião respondeu que não, o turco disse: "Então têm de pagar". Isso é para mostrar que, exatamente a partir desse dia, exercendo uma função importante, passei a ter um contato mais próximo da atividade dos empresários.

Depois, quando Januário entendeu de passar o comando da Amirt ao Eurico, ao João Bosco, a uma nova turma que iria ombrear essa atividade, eu, como Diretor do Dentel, entendi também de estimular a participação de um evento radiofônico, a retomada dos encontros dos seminários da radiodifusão. Para surpresa dos empresários de rádio, a minha origem de formação em administração, com especialização em mercadologia,

levou-me a ter a ousadia de fazer uma palestra, além daquela da missão do Dentel, de programação radiofônica. Então são experiências vividas e vivenciadas. Nesse evento convidamos o Washington Olivetto. Recordo-me até hoje da importância da sua fala, do seu conteúdo, e como enxergava a importância do rádio. Ele citou um exemplo comparando o rádio com a televisão, dois veículos de massa. Mostrava que a força da televisão é o complemento entre o vídeo e o áudio; e o rádio, tendo somente o áudio, tinha o poder da imaginação e da criatividade. Citou um exemplo levando todos a imaginar que resolveram fazer da Lagoa Rodrigo de Freitas um grande bolo, em que começaram a jogar fermento e fermento. Vieram os helicópteros e começaram a bater o fermento e, de repente, a Lagoa Rodrigo de Freitas tornou-se um grande bolo. E isso narrado, na nossa imaginação a Lagoa Rodrigo de Freitas efetivamente se tornou um grande bolo. Na televisão, isso seria impossível de acontecer. A partir daí, foi mostrando outras características do rádio como um fenômeno coletivo da família, depois caminhando para um fenômeno individualizado, a fidelidade na relação do ouvinte com o rádio. Fala-se a minha rádio, porque temos orgulho de dizer que é aquela rádio que escutamos. Tudo isso não se perdeu no tempo, mesmo com o controle remoto. Além disso, os espaços ocupados pelo rádio ao longo do tempo, buscando os seus nichos; a Rádio AM, informando e partindo para o jornalismo e o esporte; a Rádio FM, que veio ocupando outro espaço; enfim, todas essas histórias que os senhores conhecem bem de perto.

Gostaria de terminar minhas palavras dizendo que tudo isso me levou a ajudar, durante um tempo, um jovem que naquela ocasião me procurou para dizer: "Vim aqui porque quero ser empresário de rádio". Então eu lhe respondi que iria ajudá-lo. Ele conseguiu a rádio e depois me convidou para ser sócio, porque o sócio não tinha dinheiro. Disse-lhe: "Também não tenho. Vamos buscar o Finame". Enfim, há toda uma história de como me tornei um empresário de rádio. Felizmente, ou infelizmente, a vida pública tolheu-me de continuar no meio, pois exige tempo integral. Mas foi uma experiência muito gratificante na minha vida. Tenho uma admiração muito grande por aqueles que se dedicam a essa atividade - aliás, entre várias pessoas aqui, reconheço amigos fraternos que têm o mesmo amor a essa atividade tão importante para as nossas comunidades. Para encerrar minhas palavras, Eduardo, gostaria de lembrar um episódio de um locutor bastante entusiasmado com uma festividade do centenário da sua comuna, quando, no derradeiro e no fecho, ao encerrar, despediu-se dos ouvintes dizendo: "Até o próximo centenário". O otimismo dele encarna a essência e o espírito do rádio. Aqueles que estão no rádio amam-no, e certamente, no próximo centenário, estarão fazendo as transmissões. Muito obrigado. Boa noite.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 11, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 11/5/2010.). Levanta-se a reunião.

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 4/5/2010

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Sávio Souza Cruz e Almir Paraca, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Irani Barbosa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, agradecendo pelo encaminhamento do relatório de audiência pública realizada pela Comissão para debater os impactos sociais e ambientais da construção, no Estado, de cinco barramentos, no âmbito do projeto de transposição do Rio São Francisco e informando que o Plano Estadual de Recursos Hídricos, em elaboração, com previsão de término para julho de 2010, inclui um estudo específico sobre os barramentos, e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Jair Asbahr, Prefeito Municipal de Bueno Brandão (11/3/2010); José Sarney, Presidente do Senado Federal; Luiz Antônio Lobo de Abreu, Superintendente Técnico e de Fiscalização do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG -; Luciano Junqueira de Melo, Diretor Técnico da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Sul de Minas (15/4/2010); Paulo Roberto Moreira Cançado, Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça (17/4/2010); e da Sra. Jane Pereira dos Santos, Assessora de Comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça, (17/4/2010). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 2º turno, Projetos de Lei nºs 1.994/2008 (Deputado Gil Pereira) e, em turno único, 4.406/2010 (Deputado Almir Paraca). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. No 1º turno, o Projeto de Lei nº 124/2007 (relator: Deputado Fábio Avelar) é convertido em diligência ao Instituto Estadual de Florestas - IEF -; o Projeto de Lei nº 3.407/2009 (relator: Deputado Fábio Avelar) é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Projeto de Lei nº 4.130/2009 (relator: Deputado Almir Paraca) é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.850/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto Lei nº 4.087/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Almir Paraca (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 4.130/2009, que dispõe sobre a criação da Taxa de Proteção Ambiental - TPA -, do qual é relator; seja realizada reunião de audiência pública para apresentação pela UFMG dos relatórios sobre indícios de contaminação por arsênio das águas dos rios e dos córregos da Bacia do Rio Paracatu, supostamente provocada pela atividade de extração de ouro por empresa instalada no Município de Paracatu; Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para debater, em audiência pública, a aplicação do Código Florestal Mineiro; Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para discutir a instalação de um empreendimento comercial verticalizado, já aprovado, prestes a se realizar na orla da lagoa central do Município de Lagoa Santa; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita sejam enviados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Semad - e ao Ministério Público Estadual pedidos de providência para averiguação de denúncias de crimes ambientais feitas pela Associação das Empresas Mineradoras, Beneficiadoras e do Comércio de Quartzitos da Região de São Thomé das Letras; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a regularização da atividade mineradora de extração da pedra Lagoa Santa, realizada na Fazenda Pai Bento, no Município de Funilândia; Eros Biondini em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular, no Município de Formiga, para discutir, em audiência pública, a aplicabilidade do art. 85 do Decreto nº 44.844, de 2008, sobretudo em relação à regulamentação de placas de redes de pesca em divergência com a legislação Federal; André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular, para discutir, em audiência pública, no Município de Sabará, questões relativas à Mata do Inferno, tais como sua denominação, demarcação, registro, preservação e destinação ao uso público; Fábio Avelar em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Alfenas, para discutir questões relacionadas com a poluição e a degradação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas; Irani Barbosa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a implantação de loteamento e extinção da Mata do Isidoro-Granja Werneck, no Município de Belo Horizonte; Gil Pereira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a destinação dos recursos financeiros oriundos do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC 2 - para as obras da transposição do Rio São Francisco e para a reativação de sua hidrovia; e da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizado debate público para discutir proposições, em tramitação na Casa, relacionadas com o tema "Política estadual de mudanças climáticas". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - Sávio Souza Cruz.

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 5/5/2010

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PT-PMDB-PCdoB) e o Deputado Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Mariana Siani, Juíza de Direito da Comarca de Ibitiré, encaminhando, para tomada de providências, cópia de documentos relativos ao processo nº 114.02006528-9, tendo como denunciado Rudimar Martins da Silva; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Eduardo Nepomuceno de Sousa, Promotor de Justiça; Leonardo Carvalho Carreira, Defensor Público; Paulo de Carvalho Balbino, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado; Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG; e Helder Carvalho de Almeida, Delegado de Polícia (30/4/2010). Registra-se a presença do Sr. Carlos Alberto Menezes de Calazans, ex-Delegado Regional do Trabalho. O Presidente concede a palavra ao convidado para discorrer sobre fatos relacionados com a prática, nesta Capital, de crimes de extorsão e homicídio dos quais teria sido vítima, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.894 e 5.895/2010. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.203/2010. Registra-se a presença dos Deputados Vanderlei Miranda e Ruy Muniz. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e José Henrique (7) em que solicitam seja encaminhado ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente - CAO-MA - do Ministério Público do Estado e ao Promotor da Comarca de Lajinha pedido de providências com relação ao lixo do Município de Lajinha; seja encaminhado ao Diretor-Presidente do Hospital Belizário Miranda, no Município de Lajinha, pedido de providências para a formação de um conselho gestor, com a participação de membros da comunidade, para administrar o hospital; seja encaminhada ao Presidente do Conselho Regional de Medicina, ao Promotor de Justiça da Comarca de Lajinha e à Diretoria da Gerência Regional de Saúde de Manhumirim cópia das notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/4/2010, no Município de Lajinha; seja encaminhado ao Secretário de Governo pedido de providências para apurar o uso indevido, por particulares, do veículo placa GSP-3685, cedido pelo Estado, no Município de Lajinha; seja encaminhado à Diretoria da Gerência Regional de Saúde de Manhumirim pedido de informações sobre possíveis auditorias realizadas no Hospital Belizário Miranda no período de 2005 a 2010, e se alguma auditoria foi motivada pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lajinha, especialmente no que se refere ao Ofício GRS/CR nº 2.323/2007, assinado pela auditora Silvana Werner Ferreira Braga; seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de informações sobre a existência de profissionais das especialidades de obstetrícia, anestesiologia e pediatria, oriundos do Município de Lajinha, em plantão de 24 horas, durante os partos realizados pelo SUS em 2009 nos Hospitais São Manoel e São Vicente, no Município de Mutum, no Hospital Padre Júlio Maria, no Município de Manhumirim, e no Hospital Cezar Leite, no Município de Manhuaçu; seja encaminhado ao Presidente do Conselho Regional de Medicina pedido de providências para apurar a denúncia recebida contra o médico Leonardo Dondi Guido, CRMMG 15.845; e Durval Ângelo (11) em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para agilizar a conclusão do inquérito em que figura como vítima Iris Bezerra Freire, no Município de Manga; seja encaminhada ao Comandante do 30º Batalhão da Polícia Militar de São João da Ponte, Maj. PM Jorge Bonifácio de Oliveira, manifestação de aplauso pela recusa em cumprir um mandato de reintegração de posse na Fazenda São Miguel, alegando que o Ministério Público, a Comissão de Direitos Humanos desta Casa e outros órgãos envolvidos na questão deveriam ter conhecimento da decisão antes do desencadeamento da operação policial; sejam encaminhados ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - cópia das notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária, em 4/5/2010, e pedido de providências para elaborar uma resolução detalhando o funcionamento das Varas de Conflitos Agrários; sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Civil cópia das referidas notas taquigráficas e pedido de providências para apurar denúncia contra o Delegado Genelson Pinto de Oliveira quanto à forma como foram cumpridos mandados de intimação no Município de São João da Ponte; sejam encaminhados ao Presidente do CNJ, ao Presidente do TJMG, ao Corregedor-Geral de Justiça, ao Ouvidor Agrário Nacional, ao Juiz Titular da Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais, ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários do Estado, ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e ao Diretor-Geral do Instituto de Terras de Minas Gerais cópia das notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária, em 4/5/2010, e pedido de providências em relação às denúncias de desrespeito da Vara Agrária de Minas Gerais às determinações do CNJ e a resolução do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; seja encaminhado a Manoel da Silva Costa Júnior, da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária, pedido de providências para reativar o fórum agrário; seja encaminhada à Embaixada do Irã no Brasil manifestação de repúdio contra a intolerância religiosa, especialmente contra a prisão de sete dirigentes da Comunidade Bahá'í no Irã, desde 2008; seja encaminhado à agência do Banco do Brasil em Ibitiré pedido de providências para encaminhar a esta Casa cópias dos extratos da conta do Fundeb no Município, relativos à compra de veículos nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, tendo em vista que os gerentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal já estão orientados a fornecer extratos de compra pelo Fundeb aos representantes do Poder Legislativo; seja encaminhada ao ex-Delegado Regional do Trabalho, Carlos Alberto Menezes de Calazans, manifestação de apoio e de solidariedade em virtude dos fatos recentemente divulgados na mídia, de que teria sido vítima de extorsão, sequestro e tortura por parte da suposta quadrilha chefiada por Frederico Flores; seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre denúncia de agressão a crianças por uma professora do Colégio Pedro II, da Rede Pitágoras, nesta Capital; seja realizada visita ao Procurador-Geral de Justiça para entregar cópia das notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária, em 5/5/2010, e discutir os fatos e a possibilidade de avocar o processo que se encontra no Juizado Especial Criminal em que figura como parte o ex-Delegado Regional do Trabalho, Carlos Alberto Menezes de Calazans. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 5/5/2010

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Reginaldo de Moraes solicitando que a Comissão interceda junto ao Chefe da Polícia Civil para transferir o Inquérito Policial nº 146.960, que se encontra hoje na 11ª Delegacia de Homicídios de Santa Luzia, para outra delegacia, uma vez que, segundo ele, o número de efetivos é insuficiente para apurar todos os inquéritos; e de ofício da Sra. Dilene Dileu e outros, Vereadores da Câmara Municipal de Governador Valadares, publicado no "Diário do Legislativo" de 1º/5/2010. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.908 e 5.915/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio em que solicitam seja realizada reunião conjunta da Comissão e da Comissão de Saúde, para debater o sistema de internação e tratamento psiquiátrico, terapêutico e reeducativo de indivíduos, em cumprimento de medida de segurança no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

João Leite, Presidente - Tenente Lúcio - Rômulo Veneroso.

ORDENS DO DIA

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que obriga os Centros de Formação de Condutores - CFCs - a adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado de Minas Gerais, altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Cultura.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Grama. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Fazenda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação atual dos transplantes realizados no Estado, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.855, 3.857 e 3.858/2009, do Governador do Estado; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio; 4.083/2009 e 4.136/2010, do Governador do Estado; 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 35/2007, do Governador do Estado, parecer sobre substitutivo e emendas; Projetos de Lei nºs 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes; 4.255 e 4.256/2010, do Governador do Estado; 4.350/2010, do Deputado Sebastião Costa; 4.413/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 179/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 4.025/2009, do Deputado Weliton Prado; 4.103/2009, do Deputado Jayro Lessa; 4.113/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.140/2010, do Governador do Estado; 4.296/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.327/2010, do Deputado Antônio Júlio.

Requerimentos nºs 5.919/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.941, 5.942, 5.943, 5.944 e 5.945/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.981/2010, do Deputado Eros Biondini; 5.977/2010, do Deputado Carlos Pimenta; 5.992/2010, da Deputada Rosângela Reis.

Audiência pública com convidados para debater a autonomia da Unimontes e a necessidade de se garantir recursos no Orçamento do Estado para investimento na carreira dos servidores da Universidade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.924 a 5.926/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.935 a 5.937/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.989/2010, do Deputado Almir Paraca; 5.991/2010, do Deputado Inácio Franco; e 5.995/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.063/2009, do Deputado Zezé Perrella; 4.280/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.313/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.314/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 4.323/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.324/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.325/2010, do Deputado Padre João; 4.341 e 4.342/2010, do Deputado Hely Tarquínio; 4.353/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.358/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.375 e 4.377/2010, do Deputado João Leite; 4.393/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.394/2010, do Deputado Rômulo Veneroso.

Requerimentos nºs 5.849/2010, do Deputado Wander Borges; 5.864/2010, do Deputado Tiago Ulisses; 5.879 e 5.883/2010, do Deputado Wander Borges; 5.904/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.930, 5.931, 5.932, 5.933 e 5.934/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.940/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.961/2010, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.984/2010, do Deputado Doutor Viana; 5.994/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.938/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.960/2010, da Comissão de Segurança Pública; 5.990/2010, do Deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.410/2010, do Deputado Eros Biondini, e Requerimentos nºs 5.876/2010, do Deputado Dinis Pinheiro, 5.881, 5.882 e 5.993/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 12/5/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.903/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério; 5.922, 5.923/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.948, 5.987/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 5.955/2010, da Comissão de Segurança Pública; 5.978, 5.979, 5.980/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.982 e 5.983/2010, do Deputado Wander Borges.

Finalidade: debater as dificuldades enfrentadas por taxistas de Sete Lagoas devido à proibição imposta pelos órgãos de controle de trânsito da Capital ao transporte intermunicipal de passageiros em veículos de Municípios que não integram a RMBH.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 12/5/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação de terras devolutas que especifica; e 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre a afiação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que obriga os Centros de Formação de Condutores - CFCs - a adaptarem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências; 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação; 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica; 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica; 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e a promoção do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado, altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.391/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.730/2009, do Deputado Neider Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaguara o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados localizadas no Estado; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; 4.071/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Rio Preto o imóvel que especifica; 4.083/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Carlos o imóvel que especifica; 4.085/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica; 4.086/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica; 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica; 4.137/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 4.138/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; 4.145/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica; 4.146/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Sapucaí o imóvel que especifica; 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009; 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto o imóvel que especifica; 4.222/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades dos consórcios intermunicipais de saúde localizadas em Minas Gerais; 4.223/2010, do Deputado Duarte Bechir, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades das Santas Casas de Misericórdia localizadas em Minas Gerais; 4.257/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 123, de 25/1/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Fazenda; 4.316/2010, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Malacacheta os imóveis que especifica; e 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2010, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, o monopólio do Banco do Brasil na concessão de empréstimos consignados a servidores públicos no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Carlos Gomes, Chico Uejo e Dilzon Melo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2010, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2010, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2010, às 9 horas, no Município de Inhapim, com a finalidade de se discutirem, em audiência pública com convidados, supostas violações aos direitos humanos na Apae de Inhapim e a omissão do Município nos repasses orçamentários legais a essa instituição e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.376/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente El Hanã, com sede no Município de Betim.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.376/2010 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Beneficente El Hanã, com sede no Município de Betim. Entidade civil sem fins lucrativos, a Associação foi fundada em 2005 e tem por finalidade desenvolver atividades voltadas especialmente para a área da assistência social.

Para cumprimento de seus objetivos programáticos, a instituição fomenta projetos nas áreas da educação, cultura, proteção e defesa da saúde e da família, priorizando a maternidade, a infância, a adolescência e a terceira idade. Também desenvolve cursos de formação profissional, visando à integração de seus associados no mercado de trabalho; promove atividades de inclusão social e formação da cidadania, bem como de integração da comunidade local, com ênfase para grupos de convivência, por meio de projetos alternativos; atua ainda na preservação do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável, da segurança alimentar e nutricional e na defesa dos interesses coletivos.

Pela relevância do trabalho desenvolvido pela Associação, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.376/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.468/2010

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural Festipen, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.468/2010 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação Cultural Festipen, com sede no Município de Belo Horizonte. Entidade civil sem fins lucrativos, a Associação tem como finalidade principal o incentivo e a divulgação de novos talentos musicais dentro do sistema carcerário. Além disso, procura promover a reciclagem de idéias, conceitos e atitudes dos detentos, na busca por um contexto social mais justo, visando à sua reintegração à sociedade.

Para o cumprimento de seus objetivos programáticos, a instituição investe no desenvolvimento das seguintes atividades: descoberta de novos talentos musicais por meio da promoção de eventos culturais; criação de novos grupos musicais; incentivo à produção musical e cultural nas penitenciárias; promoção e realização de festivais de música e outros eventos culturais dentro do sistema carcerário.

Diante dessas considerações, é meritória a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.468/2010 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Maria Tereza Lara, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.469/2010

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Nova Era - Consep -, com sede no Município de Nova Era.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.469/2010 tem por escopo seja declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Nova Era - Consep -, com sede no Município de Nova Era.

O Conselho é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem por finalidade colaborar para a defesa social, especialmente no que diz respeito à prevenção da criminalidade.

A entidade procura congrega as lideranças comunitárias da região, em conjunto com as autoridades policiais e de órgãos do sistema de defesa social, para planejar ações integradas de segurança, que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade. Além disso, promove palestras, conferências e fóruns de debates com o intuito de implantar programas de instrução e divulgação de ações de autodefesa às comunidades.

Por essas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.469/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2010.

Tenente Lúcio, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

33ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 6/5/2010

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, prezados servidores da Justiça que nos visitam nesta tarde, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de cumprimentar duas personalidades da minha cidade de Poços de Caldas que, no último dia 21 de abril, foram agraciados pelo Governador do Estado Antonio Augusto Anastasia com a Medalha da Inconfidência. Esse prêmio é oferecido a personalidades ilustres de Minas Gerais em comemoração ao dia do nosso maior herói nacional: Tiradentes.

Refiro-me à Sra. Munira Miguel do Lago, empresária que administra o Palace Hotel de Poços de Caldas. Aliás, é um hotel estatal, mas que foi arrendado por ela, ou seja, pelo grupo que preside já há alguns anos. Houve uma grande recuperação desse hotel, que é um dos melhores do Estado e, sem dúvida nenhuma, o de maior tradição. Foi agraciado ainda o Sr. Waldir Miguel, que também é empresário na cidade de Poços de Caldas e possui uma grande rede de hotéis espalhada por todo o Brasil. Hoje o seu grupo é responsável pelo maior número de hotéis existentes no País. Quer dizer, grupo nacional. Portanto se destacou bastante nessa área. Sem dúvida nenhuma, tanto a Sra. Munira quanto o Sr. Waldir fizeram jus a esse importante prêmio e a essa importante comenda que lhes foi concedida. A população de Poços de Caldas ficou também sensibilizada com essa premiação dirigida a eles.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, há alguns dias, a Comissão de Saúde realizou uma audiência pública em Leopoldina - aliás, a sugestão da sua realização veio do Deputado Délio Malheiros -, para verificarmos a situação da hemodiálise nessa importante cidade do Estado de Minas Gerais.

Estivemos lá, e o Prefeito, apesar de não estar presente, telefonou antes e fez com que fôssemos muito bem recebidos. Tivemos audiência pública na Câmara, onde os Vereadores e o Presidente também nos receberam da melhor maneira possível. Assim também o foi em relação às autoridades da cidade e às associações de pacientes portadores de doença renal crônica que se submetem à hemodiálise, pacientes de lá e de outras cidades da região, principalmente de Além Paraíba, importante cidade de Minas Gerais. Como Além Paraíba não possui serviços de hemodiálise, os pacientes de lá se dirigem a Leopoldina para o tratamento. Sr. Presidente, em Leopoldina existe serviço terceirizado de hemodiálise na Santa Casa há algum tempo, mas com problemas: as máquinas são obsoletas, antigas, já não têm condição de prestar bom atendimento aos pacientes. Para nossa surpresa, Sr. Presidente, estão encaixotados, num canto do hospital, mais de 10 aparelhos novos de hemodiálise, que foram enviados há mais de um ano pela Secretaria de Saúde. O serviço está necessitando dos aparelhos, mas estão encaixotados. São aparelhos caros, de última geração, que não estão servindo para absolutamente nada. Daqui a pouco, virarão sucata.

Sr. Presidente, ficamos estarelecidos com essa situação e trouxemos essa notícia para o Sr. Antônio Jorge, Secretário de Saúde, que enviou ofício ao Sr. José Valverde Alves, provedor da Casa de Caridade Leopoldinense, com os seguintes dizeres: "Sr. Provedor, tendo em vista a habilitação da Casa de Caridade Leopoldinense" - aí vem o número do CNPJ e as questões da burocracia e da legalidade, tudo certo - "como serviço de assistência de alta complexidade em nefrologia publicado na portaria do Ministério da Saúde em 2005; considerando o relatório de expressão da Vigilância Sanitária datado de 19/4/2010 e o Auto de Infração nº 030/2010, apontando irregularidades em máquinas da hemodiálise; considerando denúncias de outros Municípios quanto às condições das máquinas;" - as máquinas são precárias, como vemos aqui - "considerando a doação, há mais de um ano, de 10 máquinas novas de hemodiálise com recurso público para a Casa de Caridade Leopoldinense, para serem utilizadas no serviço de hemodiálise; considerando a visita e a denúncia da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que constatou que esses equipamentos encontram-se encaixotados; considerando ainda o comprometimento da saúde do usuário que faz tratamento nessa unidade e o compromisso legal da instituição habilitada e contratada, recomendando a imediata instalação e o uso dos equipamentos". Naturalmente, Sr. Presidente, esse ofício, datado do dia 3/2/2010, nos foi enviado e será encaminhado também ao Prefeito, ao Presidente da Câmara, ao Prefeito de Além Paraíba, ao Presidente da Câmara daquela cidade e também ao Ministério Público de Leopoldina, a fim de que as providências sejam realmente tomadas o mais rápido possível, para que os pacientes portadores de doença renal crônica que se submetem à hemodiálise efetivamente tenham seu tratamento regularizado de forma adequada, correta. Essa é uma questão, Sr. Presidente.

A outra é que fizemos, na semana passada, audiência pública na Comissão de Saúde para tratar de assunto extremamente importante e atual: a situação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de combate às endemias. O caso se encontra pendente em Brasília. Foi aprovada uma emenda à Constituição há algum tempo, mas é necessária uma regulamentação, que também está sendo discutida no Congresso, e com muita lentidão. Assim como a Emenda nº 29, que nunca é regulamentada, essa também é outra que está sendo deixada de lado. É importantíssima para a saúde da população brasileira, já que se trata de regularizar a situação desses agentes comunitários que combatem as endemias no País, aproximadamente 300 mil funcionários, sendo 25 mil em Minas Gerais. Eles prestam um serviço de melhor qualidade e de maior importância em todas as cidades do País, no interior do Estado, combatendo as endemias como ninguém faz. Portanto é um trabalho de grande mérito e de maior importância para a nossa população.

A não regulamentação e a não existência dessa atividade até os dias de hoje fez com que tivéssemos as inúmeras endemias que acometem milhares de brasileiros. Falta quem faça esse combate na ponta da linha. No Brasil temos grandes sanitaristas, de escol e enorme qualidade, mas que ficam fazendo o seu trabalho do ponto de vista acadêmico, teórico. Mas, na prática, eles o fazem com as limitações da falta de pessoal. Precisamos ter esses agentes na ponta da linha, atuando em nossas casas, na zona rural, a fim de que essas endemias fiquem sob controle e, em algum momento, desapareçam do País. Isso só será possível quando essa atividade estiver regulamentada no País. Ou seja, a não regulamentação significa que esses funcionários têm um contrato temporário que não lhes dá nenhum direito. Eles não têm direito a absolutamente nada. Por exemplo, na discussão do reajuste salarial que está ocorrendo em todas as cidades do Brasil, eles estão fora porque não têm direito a nenhum reajuste. Portanto se trata de fazer justiça a um pessoal que faz um trabalho de grande mérito no País.

Finalmente, gostaria de trazer a esta Casa um assunto importante, objeto de algumas reuniões, na minha querida cidade de Andradas, com a direção da Santa Casa. Andradas é uma cidade do Sul de Minas, extremamente progressista, conhecida como produtora de vinhos, com tradição no Estado, e que passa por momentos de progresso. No entanto existe ali um problema na saúde em relação à sua Santa Casa. Isso não é privilégio de Andradas, pois vem ocorrendo na maioria das cidades do País, com maior ou menor gravidade. Já tivemos duas reuniões em que pudemos contar com a presença de lideranças da cidade, a direção do hospital, empresários e imprensa, a comunidade toda representada, lideranças políticas, Prefeitos e Câmaras de Vereadores, para que a direção da Santa Casa nos expusesse a real situação do hospital. Verificamos o que ocorre realmente com a maior transparência possível. Tudo foi mostrado, foi objeto de discussão, e vimos uma dívida grande do hospital, ultrapassando R\$2.200.000,00, e um déficit mensal de mais de R\$100.000,00. O que fazer? Como um hospital que trabalha quase exclusivamente pelo SUS pode enfrentar uma situação como essa? Como pode fazer para sobreviver e não fechar suas portas? Não queremos que as feche; senão, onde o pessoal seria atendido? Depois dessas duas reuniões, marcamos uma reunião em Belo Horizonte, com o Secretário de Estado de Saúde, Dr. Antônio Jorge; o Prefeito de Andradas, Ademir; o Presidente da Câmara, Fernando Peres; a direção da Santa Casa, Valdemar de Souza Franco e Jorge Barbosa; a imprensa, que veio de lá para participar.

A ideia era nos reunirmos com o Secretário de Saúde do Estado, para expor o problema e ouvir as propostas da Secretaria, o que nos ajudaria. Felizmente, fomos recebidos da melhor maneira possível. A Secretaria colocou uma equipe à nossa disposição, para discutirmos sobre o que poderia ser feito para salvar o hospital. Várias questões foram levantadas, propostas foram feitas, e o pessoal da direção da Santa Casa saiu dali com um rumo a tomar, para que o hospital não viesse a ser fechado de maneira alguma. Felizmente, também recursos financeiros foram postos à disposição pela Secretaria, a fim de que essa emergência pudesse ser vencida e o hospital tivesse um tempo para regularizar sua situação. Por isso quero louvar a atitude da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, na pessoa do seu Secretário, Sr. Antônio Jorge, que se mostrou extremamente solícito, compreensivo e sensível a nos ajudar na resolução de um problema da maior importância para a população da cidade de Andradas. Encontramos uma luz, digamos assim. Acredito que as coisas agora poderão caminhar de maneira mais adequada, sem o risco de fechamento imediato. Continuaremos nesse trabalho, a fim de que a Santa Casa possa ter as suas finanças realmente saneadas.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. e aos nobres pares que essa é a lamentável situação da saúde no País. Recentemente, ouvi o Presidente Lula dizer que não conseguiu o dinheiro para a saúde e que o próximo Presidente é que teria de resolver o problema. Ora, ele não arrumou porque não quis. Como ficou por quase oito anos no governo, poderia ter arrumado esse dinheiro, ter viabilizado a saúde do País, mas não o fez. Ele até confessou isso e reconheceu que não conseguiu viabilizar recursos para a saúde, sugerindo que devemos esperar que o próximo Presidente consiga fazê-lo. De minha parte, quero dizer o mesmo: vamos esperar que o próximo Presidente consiga, porque o atual não conseguiu. Pior: não conseguiu e não quis conseguir; não teve sensibilidade para entender a precariedade e a pobreza da saúde no Brasil, o que impossibilita um tratamento pelo menos razoável e adequado à grande parte da população brasileira, que hoje, infelizmente, não tem condições minimamente razoáveis para o seu atendimento na área da saúde. Então, Sr. Presidente, ouçamos o que o Presidente Lula diz, vamos esperar que o próximo Presidente, que já foi Ministro da Saúde e tem sensibilidade para compreender a questão, possa resolver esse problema tão grave da população do País. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, queremos iniciar saudando os serventuários da Justiça, dizendo-lhes que nossa bancada está firme com a reivindicação de vocês. Ontem, nosso Líder apresentou uma emenda em que procura encaminhar as reivindicações de recomposição salarial da categoria.

Quero saudar também o Prefeito de Diamantina, Padre Gê, nosso companheiro, desejando-lhe, mais uma vez, agora de público, sucesso em sua administração, no seu esforço de recolocar Diamantina nos cenários mineiro e nacional. Deus o abençoe!

Mais uma vez, queremos registrar nossa defesa do atendimento às reivindicações dos professores do Estado de Minas Gerais. Precisamos traduzir em ações concretas os discursos permanentes de todas as correntes políticas, dos mais diversos partidos com assento nesta Casa, em defesa da educação.

O momento é de tentarmos traduzir nosso apoio à educação em ações concretas e efetivas. Para melhorar a qualidade da educação em Minas Gerais é fundamental melhorarmos o subsídio, a remuneração dos professores. Em grande medida estamos agora classificados como emergentes, mas, apesar das grandes e múltiplas vitórias e conquistas sociais, em particular do governo Lula, não deixamos ainda de ser subdesenvolvidos em muitos aspectos. Todas os países que conseguiram sair da condição de subdesenvolvidos e dar sustentabilidade a uma qualidade de vida superior, elevando o patamar da qualidade de vida da população, investiram pesada e sistematicamente na educação pública. Fundamentalmente, uma parcela desses investimentos foi canalizada para a melhoria e para a valorização dos profissionais da educação.

Ontem, na Praça da Assembleia, a exemplo do que houve em outras ocasiões nesse mesmo processo da mobilização e de paralisação dos professores da rede estadual de Minas Gerais, ocorreu mais uma reunião, que contou com a presença aproximadamente de 15 mil pessoas das várias regiões do Estado. Recebemos várias delegações de professores de nossa região, do Noroeste de Minas, assim como do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Os cerca de 15 mil participantes da assembleia de ontem decidiram pela continuação da greve. Continuam firmes as discussões com a Justiça e as reivindicações pela aplicação e pela instituição do teto, do piso nacional de salários em Minas Gerais. Eles questionam a decisão do Tribunal de Justiça, que declarou ilegal a greve dos professores. Mais uma vez, trazemos a solidariedade da Bancada do Bloco PT-PMDB-PCdoB, que, desde o primeiro momento, tem se mantido coeso, firme na defesa das reivindicações da categoria.

Queremos ainda, Sr. Presidente, fazer menção ao Projeto de Lei nº 3.815/2009, em tramitação nesta Casa, que propõe a instituição da política estadual de fomento às tecnologias sociais. Na semana passada, realizamos amplo debate, com participação de vários organismos de cobertura e presença nacional, como a Rede de Tecnologias Sociais, que hoje congrega mais de 800 entidades nacionais. Entre eles, podemos citar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o do Trabalho, o do Desenvolvimento Social, a Secretaria da Presidência da República, a Fundação Banco do Brasil, o Sebrae, o Conselho de Reitores das Universidades Federais, a Finep, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, além de centenas de organizações sociais, que incorporaram o conceito de tecnologias sociais na sua estratégia de atuação.

Discutimos, na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática desta Casa, como incorporar as tecnologias sociais - e essa é a proposição de nosso projeto de lei - na política de ciência e tecnologia e inovação do Estado de Minas Gerais. Algumas questões já estão sendo encaminhadas, embora de maneira muito tímida, pontual, mas já há algumas tecnologias sociais que estão sendo apoiadas e financiadas pelo governo do Estado.

Poderíamos citar aqui as "barraginhas", as pequenas barragens para coleta e armazenagem da água da chuva, uma solução extremamente simples e barata para abastecer o lençol freático, evitar a erosão do solo e a consequente perda de matéria orgânica e combater o assoreamento dos cursos d'água. É solução barata, simples, efetiva, que tem sido reaplicada mundo afora. Entendemos que essa solução é uma das possíveis para evitar as grandes barragens de regularização de vazão, como as que estão sendo examinadas para a regularização de vazão do Rio São Francisco, que seriam feitas nos seus diversos afluentes.

Outra tecnologia social também importante, que já recebe apoio do governo do Estado, são as cisternas de placas para coleta e armazenamento da água da chuva. Sabemos que o semiárido mineiro já é objeto da aplicação dessa tecnologia social há alguns anos, principalmente a partir do trabalho da Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA -, outra rede de organizações sociais que atuam no semiárido brasileiro, portanto no mineiro, e que congregam mais de 700 organizações sociais brasileiras. Cisterna de placa é uma solução que tem amenizado e ajudado profundamente as famílias a atravessar o período de estiagem nas regiões mais secas de Minas Gerais, com uma constatação, do nosso ponto de vista, infeliz: o semiárido mineiro está avançando, e as mudanças climáticas e o aquecimento global já são plenamente perceptíveis quando discutimos as fronteiras e tentamos demarcar e delimitar o semiárido em Minas Gerais. Infelizmente, na região Noroeste de Minas, parcela considerável de vários Municípios já pode ser plenamente classificada como semiárido.

São essas soluções que o povo domina, de fácil aplicação, baratas, simples, que acreditamos serem fundamentais para ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas. É preciso transformar esse conhecimento, essa engenhosa sabedoria popular - as tecnologias sociais - em políticas públicas, para ajudar na transformação e na promoção do desenvolvimento sustentável do interior do Estado e do Brasil.

Portanto pedimos aos nobres pares que avaliem, considerem e analisem, para, havendo o entendimento, ajudar-nos a aprimorar essa proposição, de forma pioneira, porque em nenhum Estado existe proposição dessa ordem, o que ficou muito bem-explicitado na audiência pública que realizamos. Essa é uma discussão incipiente no governo federal, apesar de vários Ministérios já apoiarem a reaplicação de tecnologias sociais.

Gostaríamos também de fazer uma comunicação. Estamos participando e coordenando uma articulação com várias organizações, algumas públicas, outras particulares, com ampla participação social. Estamos articulando a implantação de dois centros de tecnologias sociais em Minas Gerais. Um deles estamos chamando de tecnologias sociais do sertão e está sendo implantado em Arinos, no Distrito de Sagarana, a ser inaugurado em 25, 26 e 27 de junho, portanto no aniversário do grande mineiro Guimarães Rosa, nosso grande escritor, que tão bem retratou o sertão. Portanto nessa data inauguraremos o Centro de Tecnologias Sociais para o Sertão, pretendendo consolidar ali um espaço de difusão e de apoio à reaplicação das tecnologias sociais apropriadas e adaptadas às necessidades do povo sertanejo.

O outro centro de tecnologias sociais é uma experiência extremamente meritória de Minas Gerais, capitaneada pela Bambuzeria Cruzeiro do Sul - Bancrus -, coordenada pelo nosso companheiro Lúcio Ventania. Ele faz a difusão do conhecimento que ele denomina como a civilização do bambu, demonstrando que essa é uma planta de mil e uma utilidades. Então, o segundo centro de difusão de tecnologias sociais está sendo implantado em Ravena, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ambos são financiados pela Fundação Banco do Brasil, que tem na sua estratégia de atuação o conceito de tecnologias sociais como fundamental para promover o desenvolvimento sustentável em pequenas localidades, em pequenas comunidades. O Centro de Tecnologias Sociais da Bambuzeria Cruzeiro do Sul será inaugurado em agosto. Assim, ainda neste ano, teremos dois centros de difusão de tecnologias sociais implantados e em funcionamento em Minas Gerais.

Por fim, Sr. Presidente, gostaríamos de fazer mais um convite, aliás, um apelo às lideranças sociais que participam das organizações da minha querida Paracatu. Amanhã, às 17 horas, estaremos realizando, no salão da Cáritas Diocesana, mais uma assembleia popular, para discutir o encaminhamento dos recursos das emendas parlamentares para o Orçamento deste ano. Esperamos ampla participação, a fim de nos aprofundarmos sobre esse tema. O convite é extensivo a todos os Vereadores da Câmara Municipal de Paracatu, para avaliarmos e tirarmos um encaminhamento para a aplicação de R\$1.000.000,00 de emendas parlamentares em Paracatu, com recursos deste ano.

Na segunda-feira, às 9 horas, será realizada nova reunião, dessa feita com os empresários locais, do comércio, da indústria e da área de serviços, na sede da Associação Comercial e Industrial, a fim de discutirmos a participação e a contribuição do setor empresarial na constituição do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu. Estamos às voltas com esse processo, fundamental para planejarmos um

horizonte de 20 anos para a aplicação dos recursos do Município e o desenvolvimento das vocações alternativas e diversificarmos a produção, a fim de fazer frente ao término das operações das mineradoras em Paracatu. Então, esperamos o setor empresarial, do comércio, da indústria e da área de serviços, na segunda-feira, para discutirmos e tirarmos proposições para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de cumprimentar a todos. Quero parabenizar, mais uma vez, o Serjusmig e o Sinjus, sindicatos que representam os servidores do Judiciário, pela mobilização. Está na pauta de hoje um projeto muito importante para essa categoria, que trata da data-base para os servidores. Essa é uma luta antiga do Serjusmig. Trata-se do Projeto de Lei nº 4.389, que realmente faz justiça à categoria. Gostaria de expor o nosso total apoio. Se não houver a possibilidade de esse projeto ser aprovado na reunião de hoje, que o seja o mais rápido possível. Solicito seja colocado em pauta também o projeto que garante aos Oficiais de Justiça o auxílio-periculosidade, um direito dos servidores. Essa é realmente uma profissão de risco, aliás, já reconhecida pelo Tribunal de Justiça. Outro ponto fundamental é que o Tribunal volte atrás: apresentamos um requerimento nesse sentido em relação ao pagamento retroativo do ADE. Trata-se de uma lei desta Casa, e o Tribunal não pode alterá-la por resolução. Se é uma lei, ela tem de ser cumprida e respeitada. Na semana que vem, a corte do Tribunal voltará a reunir-se. Tenho certeza de que o Tribunal, que zela tanto pela lei, cumprirá a legislação aprovada pela Assembleia Legislativa e garantirá o pagamento do ADE retroativo a todos os servidores. Se é lei, como o próprio Tribunal fala, não se discute, tem de ser cumprida. Esperamos que isso realmente ocorra. Esse é o nosso posicionamento. Desejamos poder votar, o mais rápido possível, o auxílio-periculosidade e a data-base para os servidores.

Quero parabenizar o Sindicato Único dos Trabalhadores na Educação - Sind-UTE. Ontem o sindicato fez uma belíssima mobilização aqui, na Assembleia Legislativa. Foi uma das maiores manifestações dos últimos tempos, se não foi a maior das últimas décadas. Mais de 15 mil professores e merendeiras de todo o Estado de Minas Gerais lotaram a Praça da Assembleia e saíram em caminhada. Realmente a manifestação dos servidores foi muito bonita. Eles pressionaram e cobraram justiça, cobraram do Governador o cumprimento da legislação, que fosse implementado o piso nacional dos servidores da educação. Para terem uma ideia - está no comunicado do Sind-UTE -, vejam o vencimento básico dos trabalhadores em educação, já com o reajuste de 10%: um professor de nível médio recebe R\$369,89, menos de um salário mínimo. Aqui há a demonstração de um contracheque. Esse é o valor que recebe um professor. É um verdadeiro desrespeito, um absurdo, uma categoria tão importante para o Estado receber de salário inicial menos que um salário mínimo. Portanto deixo o nosso protesto e a nossa indignação.

Quero também parabenizar o conjunto dos servidores. Eles, mesmo sob ameaça, sob pressão, sob chantagem, com ameaças de terem o ponto cortado, de os contratados serem substituídos, de perseguição e de não ser paga a aposentadoria - o servidor já tem tempo para aposentar, mas sua aposentadoria não é paga pelo Estado - enfim, de sofrerem todos os tipos de ameaças, levantaram a cabeça e, quando foi feita a pergunta se a greve continuava ou não, mais de 15 mil servidores, de braços erguidos, com muito firmeza, disseram que sim, que a greve continuará. E a manifestação ocorreu mesmo com a decisão da Justiça em multar o sindicato em R\$10.000,00. Os servidores não se intimidaram e estão questionando o posicionamento do Judiciário. O serviço público da educação não é considerado serviço essencial como o transporte. Eles recorreram da decisão, e o posicionamento do sindicato é que a greve continua. Portanto parabenizo os professores do Estado, os servidores públicos, as subsedes do Sind-UTE em todas as regiões do Estado, pela firmeza, pela mobilização, pela luta, pela coragem, pela ousadia, por fazer justiça e por lutar pelo que é de direito dos servidores: a implementação do piso nacional dos servidores da educação.

Estou com a nota do Sind-UTE. (- Lê:) "Comunicado. Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Minas Gerais - Sind-UTE-MG.

Primeiro, em 22/9/2008, o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado da Educação, assumiu o seguinte compromisso com os trabalhadores em educação da rede estadual - se é compromisso tem de ser cumprido e respeitado -: a partir de 1º/1/2010, o valor do piso salarial profissional será desprovido de vantagens pecuniárias e deverá se tornar vencimento básico inicial das carreiras dos profissionais do magistério da educação básica. A partir de então, sobre o piso deverão incidir vantagens e gratificações previstas nas normas estaduais para cálculo da remuneração mensal do servidor". O governo estadual não cumpriu esse compromisso.

Segundo, o valor de R\$935,00 divulgado pelo governo do Estado, na verdade, corresponde ao teto salarial, independentemente do nível de escolaridade e do tempo de serviço. E há um congelamento salarial que piora quando o servidor se aposenta. Então não se trata de um piso salarial, mas de um teto salarial, é o vencimento básico dos servidores, conforme compromisso que a Secretaria de Educação fez, quando assumiu que, a partir do dia 1º/1/2010, seria assim. Então não honrou com o compromisso feito. Terceiro, os vencimentos básicos dos trabalhadores da educação, com reajuste de 10%, são: professor com nível médio, R\$369,89; professor com licenciatura plena, R\$550,53; professor com mestrado, R\$819,42; Auxiliar de Serviços de Educação Básica, R\$363,83 - menos que um salário mínimo -; Especialistas em Educação Básica, R\$506,50; Assistente Técnico da Educação Básica, R\$577,50. Quarto, todo o mundo conhece ou tem na família um profissional da educação da rede estadual. Peça o contracheque e comprove a realidade da educação em Minas Gerais. Nosso Estado paga o 8º pior salário do País. Reivindicamos o piso salarial de R\$1.312,85 para uma jornada de 24 horas e nível médio de escolaridade. É esse o salário pago pelo Estado. Menos de um salário mínimo. Quem tiver um familiar nessas condições, peça-lhe o contracheque e comprove. Está aqui a verdade, o quanto recebe esse servidor do nosso Estado. Portanto é só pedir o contracheque e verá que o servidor de Minas recebe um dos piores salários do País, um salário de fome, que não dá nem para sobreviver. Quinto, o piso salarial nacional, instituído pela Lei Federal nº 11.738, de 2008, é uma importante conquista da sociedade na perspectiva de valorização efetiva do profissional da educação em todo o País. Ele não é proporcional e deve ser aplicado à jornada já existente na carreira. Sexto, a evolução da receita corrente líquida do Estado de Minas Gerais em 2010 possibilita que o governo possa implementar novos pisos salariais, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. É lógico que o Estado passou de um orçamento de R\$17.000.000.000,00 para mais de R\$40.000.000.000,00. Só com o Centro Administrativo foram gastos mais de R\$2.000.000.000,00. O governo quer dar um calote agora no Ipsemg de mais de R\$1.000.000.000,00, dinheiro do servidor. No que foi descontado no contracheque de cada servidor, o governo agora quer dá o calote. Então não há problema de dinheiro, porque tem dinheiro, mas falta prioridade e compromisso com a educação, o que infelizmente o governo não tem. Sétimo, liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais garantiu aos trabalhadores em educação o direito de greve sem que haja demissões ou substituições, diferentemente do que foi ordenado pela Secretaria de Estado de Educação. Estava demitindo, fazendo substituições de servidores contratados. A Secretaria ordenou demissão, substituição total, ameaça, pressão, corte de salário, e mesmo assim, com toda essa pressão, os servidores, mobilizados, ontem fizeram uma das maiores paralisações, um dos maiores atos de assembleia em Belo Horizonte. Realmente um ato histórico, que ficará marcado na história de Minas Gerais. Mais de 15 mil servidores de todos os cantos do Estado - com todas as dificuldades, e também muita alegria, muita energia e muita indignação - vieram para a Praça da Assembleia, saíram em caminhada, exigindo a implementação do piso nacional de educação de forma democrática, ordeira e respeitosa". "Oitavo, aguardamos do governo do Estado um processo de negociação que modifique os péssimos salários praticados em Minas Gerais. Reiteramos que estamos abertos ao diálogo. Sind-UTE".

Então essa foi a nota divulgada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Minas Gerais. Gostaria de parabenizar a Beatriz, a Bia, Presidente do sindicato, que realmente está fazendo uma gestão belíssima, resgatando a auto-estima dos servidores quem vivem com tantas dificuldades, recebendo um salário que mal dá para sobreviver, não dá nem para comer, para pagar serviços essenciais, como água, luz. Convivemos aqui com essa contradição no nosso Estado, onde tudo é mais caro. A energia elétrica é mais cara, com um ICMS de quase 42%; a água tem uma das tarifas mais caras do Brasil - é água a preço de vinho. Aliás, no ano passado, conseguimos impedir o aumento do valor da conta de água da Copasa, que realmente é muito cara. A Copasa cobra tratamento de esgoto onde não tem o serviço efetivamente prestado. A alíquota do IPVA em nosso Estado é mais cara que em outros Estados. O ICMS do álcool em São Paulo é de 12%; aqui, em Minas Gerais, é de 25%; em Goiás, 15%. Portanto vemos que tudo é mais caro em Minas Gerais. As empresas pagam mais impostos, o Estado arrecada mais, mas, na hora de valorizar o servidor, já que tem muito dinheiro, acontece o contrário. Aqui deveria ser também Estado em que os servidores públicos de todas as categorias, do Judiciário, policiais ou da área da educação, tivessem uma das melhores remunerações do País e fossem valorizados, afinal,

em Minas, cobra-se mais impostos e temos orçamento de mais de R\$40.000.000.000,00. No entanto acontece o contrário. Os servidores de Minas Gerais são os que têm uma das menores remunerações de todos os Estados da Federação. Aqui se cobra mais imposto e mais tributo, mas a valorização do servidor é menor. O salário inicial dessa categoria é menor que um salário mínimo.

Esses servidores questionam o compromisso da Secretaria de Educação, que assumiu que, a partir do dia 1º de janeiro, o valor do piso salarial profissional seria desprovido de vantagens e tornaria a ser vencimento básico inicial. Porém não é o que está acontecendo. Vejam: o valor do vencimento básico inicial de Professor P1 é de R\$377,43. Tenho em mãos reprodução de contracheque de servidor, e esta é a realidade dos servidores de Minas Gerais. Realmente têm muita razão para estar indignados. Não vi nem tive conhecimento de mobilização tão forte e com servidores tão organizados como agora, durante esta paralisação. A greve dos professores já dura 27 dias, e, mesmo com toda a pressão, os servidores estão resistindo bravamente. Por essa razão, parabeno todos os servidores e hipoteco toda a nossa solidariedade. Realmente é justa esta luta em prol da implementação do piso nacional da educação, previsto em lei federal que deveria estar sendo aplicada pelo Estado, mas não está.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Agradeço ao Deputado Weliton Prado a gentileza e aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela lucidez do discurso. Usarei parte do seu tempo, nobre Deputado, apenas para dizer que, agora há pouco, assinei alguns requerimentos pedindo o adiamento da votação de alguns projetos, para priorizarmos principalmente a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.389, do Tribunal de Justiça, e também para abreviarmos a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.388, que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses. Aliás, registro a presença nesta Casa dos servidores desta classe. Enquanto Vice-Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB, fiz esse encaminhamento para darmos celeridade ao processo. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Parabeno o Deputado Vanderlei Miranda, como também o conjunto de servidores aqui presentes, o Sinjus e o Serjusmig pela mobilização. Ressalto que os servidores da Justiça tiveram muitas vitórias nos últimos anos, por isso fica aqui nosso reconhecimento de que o sindicato realmente está sempre presente nesta Assembleia, conversando com todos os Deputados, independentemente de partido político. Fica meu testemunho, para todos os servidores, do empenho do Serjusmig em defesa dos trabalhadores do Judiciário. Meu tempo se encerrou, mas gostaria de hipotecar, mais uma vez, nosso total apoio e solidariedade aos servidores públicos do Estado e aos nossos professores, que recebem um dos piores salários do Brasil, um salário de fome, que chega a ser menor que um salário mínimo. Contem conosco nesta luta, que, por sinal, não é fácil. Parabéns a todos os servidores. A luta continua. Sem luta, não há vitória. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir* - Exmo. Sr. Deputado Domingos Sávio, que preside os trabalhos nesta tarde; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; público presente nas galerias, aqui justamente para pleitear seus direitos. A Bancada do PMN, presidida pelo Deputado Walter Tosta, tem o comprometimento com as suas solicitações.

Também sou funcionário público, tenho carreira de funcionário público e, no meu cotidiano, no meu mandato, estou aqui representando o povo mineiro. Estou ao lado dos senhores nesse movimento, com todo o respeito e a admiração. Contem com o apoio da Bancada do PMN.

Senhoras e senhores, solidarizo-me com os funcionários que se encontram nesta Casa, por isso gostaria de pedir aos sindicatos e também a alguns companheiros desta Casa, Deputados Estaduais, que respeitem o período das eleições e, por favor, a consciência do povo mineiro. Peço para respeitar a consciência do povo mineiro - serei bem claro com os funcionários do Estado, que entenderão, com muita facilidade, o que vou dizer, já que amanhã as vítimas poderão ser os senhores e as senhoras que hoje estão aqui solicitando a correção de valores -, porque, quando o governo do Estado enviou a esta Casa o Projeto de Lei nº 4.387, que reajusta os vencimentos dos servidores da educação, a bancada oposicionista e - rimando - oportunista apresentou uma emenda ao PL do Governador que elevou o piso mínimo dos servidores da educação, com uma proposta que dobrou esse valor do piso, já sabendo que isso não poderia passar. Eles sabiam que a Assembleia não pode ser autora desse tipo de matéria. Quem dera se este Deputado pudesse ser autor de uma emenda que hoje pudesse dar aos senhores 20%, 30% de aumento, de valores corrigidos nos vencimentos! Quem dera se eu, um simples Deputado, pudesse ser autor desse trabalho! Nós, Deputados Estaduais, não podemos legislar quando se trata de aumento de despesa no Orçamento do Estado. A lei é clara nesse sentido.

Peço às pessoas que estão nos vendo e ouvindo que prestem bastante atenção ao que vou dizer. O bloco oposicionista e oportunista apresentou uma emenda, e ela está aqui - muitas pessoas gostam de chegar aqui e mostrar papel. O parecer sobre a emenda do bloco oposicionista e oportunista diz o seguinte (- Lê:)

"Observe-se que, embora veiculem medidas distintas, as Emendas nºs 13 a 37, apresentadas em Plenário, aumentam os gastos com despesa de pessoal, gerando impacto financeiro no Orçamento do Estado. Conforme jurisprudência pacificada no Supremo Tribunal Federal, STF - "vide" ação direta de inconstitucionalidade, Adin nº 2.791, Adin nº 4.062, Adin nº 2.113 -, é inconstitucional emenda parlamentar a projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo de que resulte aumento de despesa."

Pois bem, meus amigos funcionários do Estado, caímos numa arapuca. Construíram uma arapuca para nós que viemos aqui aprovar os vencimentos dos servidores. Fizeram-nos de bobo, pois apresentaram uma emenda sabendo que ela não poderia ser apreciada pela Casa, muito menos aprovada. Não estava em nossas mãos aprovar essa emenda. Fomos feitos de bobos, de palhaços.

Lembro-me muito bem do momento da votação, em que eu estava sentado e muitos do meu lado me disseram tratar-se de uma arapuca. E mais, eles ainda me disseram que o objetivo disso era propagandear para o Estado inteiro que nós votamos contra os servidores da educação.

Quero deixar um recado para o bloco oposicionista: trate-nos com o mesmo respeito que temos e nutrimos por V. Exas. Trouxeram papéis aqui, à frente, mostrando ao povo de Minas situações mentirosas. Essa emenda proposta, senhoras e senhores, poderia chamar-se "emenda Alice". Por que Alice? Alice no País das Maravilhas. No país da Alice, também há lei. Garanto que lá, ao contrário do Brasil, onde a lei é de responsabilidade fiscal, a lei deve chamar-se lei de irresponsabilidade fiscal.

A "emenda Alice" poderia ser aprovada pelos Deputados de lá. Existe Deputado nesta Casa que, se um dia chegar a ser Prefeito, no seu discurso de posse, dirá: "Meu querido povo, hoje estou assumindo o Poder Executivo, e ninguém mais aqui pagará impostos. Os salários e os vencimentos dos funcionários serão os mais altos do Brasil neste Município ou Estado que governarei". Meu Deus, o povo de Minas Gerais conhece os verdadeiros homens comprometidos com a dignidade, com a lealdade e com os princípios da moralidade. Quantos já passaram por esta Casa e deixaram aqui a sua história? Não poderíamos cair numa arapuca, como caímos. Esses papéis, que estão sendo distribuídos na Casa, são xerocados com dinheiro público. Estão usando xerox da Assembleia.

Vejam bem o teor do documento: "Emendas apresentadas e destacadas pelo Bloco PT-PMDB-PCdoB". Observem as fotos dos Deputados, sobre as quais há os seguintes dizeres: "Deputados da Assembleia Legislativa de Minas que votaram contra o piso salarial dos professores e auxiliares de serviços da educação". E há mais. Temos aqui o bonito da história, que faz menção muito honrosa ao bloco oportunista. Vejamos o final: "Nas eleições de outubro, diga "não" aos inimigos da educação e de Minas Gerais".

Diga "não" a nós, que estávamos aqui aprovando coisa séria e diga "sim" aos que burlam os papéis públicos. Diga "sim" aos que querem chegar ao poder de qualquer maneira ou a qualquer custo. Se burlam os papéis públicos, o que não fariam no poder? Se estão com esse tipo de atitude aqui no Parlamento, no governo do Estado como seria se lhes fosse dada a oportunidade de dirigir Minas? Há quem brinca com o povo de Minas Gerais. Que vergonha!

Sr. Presidente, estou muito triste. O Parlamento mineiro, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais é uma das Casas mais respeitadas do Brasil pela sua transparência. O exercício do mandato de cada um de seus parlamentares está totalmente escancarado para toda e qualquer pessoa do Brasil inteiro lhes conferir os passos. No entanto, eu não esperava que, durante o exercício do meu mandato, enquanto eu votava, viesse cair numa arapuca, conforme caí. Foi muito fácil. Armaram uma arapuca e fizeram uma emenda de brincadeira, trapaceando a educação de Minas, ao dizerem aos professores: "Oh, eu, o fulano e o beltrano propusemos uma emenda, que passará de R\$500,00 para R\$1.000,00 os vencimentos de vocês, mas tem gente na Assembleia que não quer. Eles são contrários. Divulgaremos as fotos deles para que não votem neles. Votem em mim ou no meu colega. Somos do partido A ou do B".

O que é isso? Aonde vamos chegar? Uma arapuca dentro da própria Casa? Estávamos trabalhando. Eram 21h30min, quando aprovamos os vencimentos dos funcionários do Estado, porque há um prazo. No entanto, havia pessoas aqui arquitetando contra nós. Senhores funcionários, peço-lhes um pouco mais de atenção. Eu, como Deputado, nossa bancada, meu partido não podemos apresentar uma emenda que ultrapasse aquilo que foi solicitado pelo governo do Estado. Isso não nos é permitido. Não temos esse poder.

Estão espalhando pela internet a relação dos inimigos da educação, e o mais bonito é que ainda dizem no final: "Não votem neles, votem em nós, porque viemos aqui com o papel, mostrando que são quatrocentos e pouco. Votem em nós, que estamos contra os quinhentos e estamos pedindo mil. Não sabemos nem queremos saber de onde virão. Se o governo tem ou não tem para pagar, não interessa. Queremos mil, mil, mil, e eles lá só querem quinhentos". O que é isso? É falta de respeito com os demais membros desta Casa, Sr. Presidente. O PMN nunca se posicionou aqui contra a votação de partido algum. Votamos o que é bom. Em nenhum momento, eu disse "não" a funcionário da educação. Eu disse "sim" a todos os funcionários do Estado. Dissemos "não" - afirmo aqui mais uma vez - à Emenda nº 21, que aumentava os vencimentos, proposta pelo bloco oposicionista e oportunista. Fizeram arapuca para nós. Isso não foi explicado. Hoje estou explicando isso aqui. Há muitos companheiros meus, Deputados, chateados, realmente revoltados com esta atitude de alguns membros desta Casa, porque este papel vem de dentro da Assembleia. É de dentro da Casa este papel. Os "e-mails" estão saindo daqui de dentro, mas de onde? Sr. Presidente, confesso à V. Exa. que, durante todas as campanhas eleitorais, devemos esclarecer aos eleitores acerca do que podemos e, mais do que isso, devemos fazer.

A Lei de Responsabilidade Fiscal está hoje completando 10 anos. Os partidos não a queriam; entre eles, está o PT, que era contrário e até deu entrada a ação de inconstitucionalidade contra ela. O Brasil está bem melhor do que muitos anos atrás, mas o crédito que tem hoje não é de um homem, de um governo, mas de um trabalho feito no tempo, na hora e no momento em que o Brasil precisava mudar, e agora está mudando.

Sr. Presidente, ao refletir todo o Estado, congratulo-me com todos aqui presentes, servidores que buscam, com justiça, o reconhecimento de suas carreiras e o devido valor que merecem. Deixo mensagem especial para os telespectadores. Dizem muito, por aí, que vale tudo em campanha, só não vale perder. No entanto digo que é preciso ganhar com dignidade, respeitar o povo. Os servidores da educação de Minas estão em greve. Não é princípio de homem público de responsabilidade vir aqui insuflar a greve, insuflar aqueles que estão buscando melhores vencimentos. Não é papel digno vir aqui dizer: "Continuem em greve, lutem pelos salários de qualquer forma, digam "não" à opressão". Não há opressão. A greve foi julgada ilegal. Será dado a ela o fim normal que deve ter. Não será com o sentimento que presenciamos aqui, de circulação de papéis, jornais, propagandas, que isso mudará ou que daremos contribuição para Minas Gerais. Não é assim.

Terminando minha fala sobre isso, Sr. Presidente, falarei agora especialmente para Campo Belo, cidade onde moro e onde minha família também reside. Na última segunda-feira, estivemos na Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo. Lá acompanhamos a entrega de 30 novas camas, que atenderão à enfermaria daquele hospital, que é regional e atende aos Municípios circunvizinhos. Conversei com as Amigas da Santa Casa, grupo de senhoras voluntárias que vão, todas as noites, às 19 horas, levar chá, quitanda nos leitos e, mais que isso, carinho e amor aos pacientes das enfermarias. Disse a elas que hoje estaria aqui prestando também esta justa homenagem. Amigas da Santa Casa, vocês de Campo Belo, confesso que, noutra oportunidade, com muito carinho e muito prazer, tratarei deste assunto aqui. Hoje estou magoado com as mentiras e as falsas campanhas políticas extemporâneas, pois não estamos em época de eleição. Noto que, muitas vezes, isso ocorre na tentativa de mudar sua consciência, seu voto, sua posição política.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o mal não vence o bem. Você pode enganar a muitos por muito tempo, mas vocês que fizeram essa trapaça não conseguirão enganar a todos por todo o tempo. Pela verdade, meu agradecimento, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores da Justiça, cuja presença é muito importante, já está havendo um processo de negociação para agilizar a tramitação do Projeto de Lei nº 4.389, que possibilitará um reajuste à categoria. Venho à tribuna com um tempo reduzido, porque abri mão de me inscrever pelo art. 70 exatamente para agilizar a pauta, tendo em vista que votaremos hoje, em 2º turno, o projeto que prevê a prorrogação da licença-maternidade para 180 dias no âmbito das administrações direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Com o apoio de dezenas de Deputados, apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, para tratar desse assunto.

O governo achou por bem encaminhar a esta Casa um projeto de lei ordinária, e, após análise, verificamos que estava aquém da nossa proposta. Sendo assim, apresentamos um conjunto de emendas, tendo algumas sido incorporadas, felizmente. Uma delas, que considero muito importante, não deixa que a licença prejudique qualquer tipo de progressão ou recebimento por produtividade. Não poderíamos aprovar a prorrogação da licença e prejudicar o funcionário quanto à sua carreira.

Estamos aqui hoje exatamente para aprovar esse projeto em 2º turno. Mais importante que a paternidade dele é a prorrogação da licença-maternidade para as servidoras públicas estaduais. Por isso, para este Deputado, não há o menor problema de o Governador encaminhar um projeto. Poderia ter aprovado a minha proposta de emenda à Constituição, pois o efeito seria mais duradouro, já que estaria consagrada na Constituição do Estado de Minas Gerais. Aperfeiçoamos o projeto do governo, que chegou muito pior que a proposta de emenda à Constituição apresentada nesta Casa. Hoje o importante é que votaremos essa matéria em 2º turno.

Sr. Presidente, quero falar ainda sobre a reunião do Bloco PT-PMDB-PCdoB com o Governador Anastasia, realizada com o objetivo de sensibilizar o governo em busca de uma solução para a greve dos professores e trabalhadores da educação. O impasse não é bom para ninguém, principalmente para as crianças que frequentam as escolas da rede pública estadual. Dissemos ao Governador que somos totalmente solidários com o movimento dos professores. Não há como construir uma educação pública de qualidade sem valorizá-los. Percebemos que, ao longo dos anos, não foram criadas condições adequadas de remuneração para o trabalhador que cuida da educação das crianças em nosso Estado.

Sempre outras categorias têm proporcionalmente reajuste maior e tratamento diferenciado. Talvez seja em razão do número muito grande de professores e trabalhadores em educação. Na realidade, é categoria muito extensa em todo o Estado. Muitas vezes isso faz com que o governo

ofereça salário e remuneração aquém do que o professor merece.

Agora precisamos criar canal de negociação, a fim de que tenhamos posição mais confortável para os professores que estão em greve. Não concordo com medidas que buscam quase coagir os professores e o movimento grevista, como corte de ponto e ameaça de contratação de professor substituto. Esse não é caminho democrático nem de diálogo. Não queremos professores derrotados, insatisfeitos e que não se sintam dignamente integrantes do serviço público. Para isso é necessário, sim, algum avanço salarial. Não podemos conceber que um professor até com pós-doutorado, se for o caso, ou seja, que passou pelo mestrado, pelo doutorado e pelo pós-doutorado, tenha salário inicial de R\$900,00 ou de R\$380,00, pois se chega a R\$935,00 com benefícios e adicionais. Hoje temos grande esforço nacional com a lei do Fundeb, no intuito de melhorar a qualidade da educação, com o piso nacional do magistério e o Plano de Desenvolvimento da Educação. Temos o desafio de universalizar o ensino infantil, de melhorar a qualidade do ensino fundamental, de combater a evasão escolar no ensino médio, principalmente com ações de acompanhamento social, de integrar e compatibilizar o ensino médio com o ensino tecnológico e profissionalizante, para que o jovem tenha acesso mais rápido ao primeiro emprego, aumentando o nível de empregabilidade desses jovens. Temos o desafio da expansão das vagas no ensino superior e gratuito. Além disso, enfrentamos também situação difícil com os professores e os trabalhadores da Unimontes, nossa universidade estadual, que está cravada no coração do semiárido mineiro. Fizemos apelo ao governo do Estado para reabrir as negociações, intensificar o diálogo e construir os cenários alternativos que permitam aos professores a retomada do seu trabalho com mais dignidade. Tentamos aprovar na Assembleia nível de reajuste maior, mas não conseguimos.

Portanto a situação hoje é muito delicada em nosso Estado, com greve que se prolonga. Há que se dizer aqui que a greve é instrumento legítimo dos trabalhadores, conquista civilizatória e democrática, arma, mecanismo e recurso que o trabalhador tem para conseguir nível de reconhecimento profissional maior, seja salarial, seja nas condições de trabalho. Parabenizo o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - Sind-UTE -, particularmente a companheira Beatriz, sua Presidente, que, com muita garra, está segurando esta extensa e ampla mobilização, uma das maiores, nos últimos anos, em Minas Gerais. Os professores não gostam de fazer greve nem de permanecer neste clima de tensão, no entanto fazem essa mobilização, porque é o recurso que lhes resta, uma vez que não houve, por parte do governo, proposta alguma que buscasse atingir o piso nacional do magistério.

Reitero aqui nossa solidariedade a todos os professores e trabalhadores da educação do Estado. Continuem contando com o apoio deste Deputado e do nosso Bloco em todos os momentos. Tentamos, mais uma vez, contato direto com o Governador, para reabertura e intensificação das negociações. Esperamos que nossa participação e principalmente essa belíssima mobilização resultem em melhores dias para o professor e o trabalhador em educação, porque isso certamente afetará positivamente a qualidade da educação das nossas crianças em Minas Gerais. Resolver esse impasse significa também beneficiar e atender ao clamor das crianças e das famílias, que querem, sim, o reinício das aulas, mas com professores dignamente remunerados no Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Parabenizo as Deputadas e os Deputados desta Casa. Esse é um projeto realmente muito importante. Tenho a certeza de que o Governador deverá sancioná-lo o mais rápido possível. Gostaria que este momento histórico ficasse registrado nos anais desta Casa.

* - Sem a revisão do orador.

O Deputado Padre João - Concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este momento em que o ilustre Deputado Padre João concede-nos este aparte para dizer que, depois de muito esforço e muita luta, juntamente com Deputados desta Casa - Weliton Prado, Antônio Júlio, Vanderlei Miranda, Duarte Bechir, André Quintão, Wander Borges, Adalclever Lopes, Braulio Braz e Fábio Avelar -, conseguimos aprovar, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.388.

Sr. Presidente, há semanas lutávamos para que esse projeto fosse aprovado. Graças à Deus e à compreensão do conjunto de Deputados desta Casa, conseguimos aprovar, em definitivo, o projeto que prorroga, por mais 60 dias, a licença-maternidade. Esse projeto será publicado amanhã, e o Presidente Alberto Pinto Coelho fará seu encaminhamento ao Governador Anastasia, para sanção dessa nova lei no Estado de Minas Gerais. Estou feliz, Sr. Presidente, por todo nosso empenho, por toda nossa luta e também pela participação de V.Exa. Toda vez que estive aqui, solicitando aparte ou a palavra pela ordem, V.Exa. coincidentemente presidia a reunião.

Com o esforço conjunto de todos, inclusive o de V. Exa., como maestro, conseguimos aprovar esse projeto em definitivo. Nossas queridas servidoras públicas, que hoje estão na condição de mães que acabaram de dar à luz nos últimos meses têm assegurada a prorrogação da licença-maternidade. Isso foi fundamental, Sr. Presidente, porque apenas o Executivo - para que nosso telespectador nos compreenda melhor - tem 490 mil servidores públicos, dos quais parcela muito expressiva, milhares de servidoras públicas, aguardava a aprovação desse projeto.

Sr. Presidente, quando aprovamos emenda de minha autoria, o PLC nº 53, que tratava da licença-maternidade para as policiais e as bombeiras militares, o Governador o sancionou e transformou na Lei Complementar nº 109, mas ficou condicionado à aprovação para as servidoras civis do Poder Executivo. Hoje, volto a repetir, graças a Deus, conseguimos aprovar o projeto em 2º turno, e agora só depende do Governador Anastasia sancionar a lei. Mas todas as servidoras públicas do Estado que aguardavam a aprovação dessa lei já podem dormir tranquilas. No domingo próximo, segundo domingo de maio, Dia das Mães, elas terão mais um motivo para comemorar. A prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias não beneficia a servidora, mas seu filhinho ou sua filhinha, a criança, o chamado nascituro.

Fico muito feliz, Deputado Padre João. V. Exa. me concede aparte, e na verdade o transformo em declaração de voto à aprovação do PL nº 4.388, de 2010. Parabéns à Assembleia, ao conjunto de Deputados desta Casa, ao Deputado José Henrique, que também é servidor público de carreira e, há muito tempo, conhece a luta das servidoras para cuidar melhor dos seus bebês, no sentido de oferecer-lhes o melhor alimento, que é o leite materno. Parabéns aos Deputados Doutor Rinaldo Valério e Doutor Viana, médico, especialista em pediatria. Realmente isso foi resultado da sensibilidade do conjunto dos Deputados. Em momentos mais difíceis de possibilidade de acordo, contamos com as Lideranças do Deputado Padre João, Líder do Bloco, e do Deputado Vanderlei Miranda, para convergirmos e até deixarmos de lado questões, muitas vezes ideológicas de Oposição e Situação. Efetivamente demonstramos que os Deputados são sensíveis e estavam preocupados com essa matéria. Parabéns a V. Exa. e a todos os Deputados desta Casa. Aprovamos o projeto em tempo hábil, para que, no Dia das Mães, nossas servidoras do Executivo comemorem mais essa vitória.

Aproveito para dizer aos servidores do Tribunal de Justiça que nos acompanham neste momento e aos sindicatos que estão aqui atentos que a emenda que eu e o Deputado Vanderlei Miranda apresentamos ao projeto do Presidente do Tribunal é para que seja corrigido. Conforme correspondência lida pelo ilustre Deputado José Henrique, o Presidente do Tribunal de Justiça concordou com o reajuste, mas quer que o projeto tenha correção, para que o valor do reajuste seja aplicado na data da aprovação da lei, conforme dispõe o ofício lido. Parabéns aos servidores. O projeto voltará à Comissão; na terça-feira, pediremos ao Deputado Délio Malheiros para dar-lhe celeridade, e ele voltará para votação em 1º turno, mas com a concordância tanto dos servidores que estão aqui acompanhando quanto do Presidente do Tribunal de Justiça. Isso é convergência, o melhor caminho, o diálogo, a compreensão, para dar aos servidores do Judiciário o reconhecimento pelos bons serviços prestados. Muito obrigado, Deputado Padre João. Certamente, sem a compreensão de V. Exa., não conseguiríamos avançar nessa matéria tão

importante para nossas servidoras públicas.

O Deputado André Quintão (em aparte)*- Gostaria de agradecer a V. Exa., Deputado Padre João. Combinamos não usar o microfone para declaração de voto, a fim de não prejudicar a votação, logo na sequência, do projeto que trata da licença-maternidade e do projeto dos servidores da Justiça. Então aproveite este aparte para registrar a nossa alegria com a aprovação da extensão da licença-maternidade de 120 para 180 dias. Já há alguns meses, batalhamos nesta Casa para que essa medida se tornasse um dispositivo na Constituição mineira. Encaminhamos uma proposta de emenda constitucional para esse fim, que contou com a participação de Deputados e Deputadas de vários partidos desta Casa.

Havia também um projeto de lei complementar apresentado pela bancada feminina e pelos Deputados Doutor Rinaldo Valério e Dinis Pinheiro. Havia algum tipo de óbice jurídico a sua tramitação, por isso apresentamos a proposta de emenda à Constituição, e o governo entendeu que um projeto de lei ordinária seria suficiente para regulamentar a questão. Obviamente - repito o que disse da tribuna - não nos interessava a paternidade da ação, mas sim a extensão da licença-maternidade. Registramos então a nossa alegria. Apresentamos e votamos uma emenda muito importante, a qual impede qualquer prejuízo na progressão da carreira da servidora que tiver a licença prorrogada. Não poderia haver nenhum risco de isso acontecer, senão a servidora ficaria insegura em obter a prorrogação da licença-maternidade.

Portanto gostaria de agradecer aos Deputados e às Deputadas que tiveram essa compreensão. Quero também agradecer à assessoria do nosso mandato o acompanhamento de perto da tramitação dessa proposta. Felizmente hoje conseguimos essa conquista para as servidoras públicas estaduais. Esperamos que essa regra se generalize por toda a Minas Gerais. Que os Municípios possam também adotar a mesma medida para as servidoras municipais. Já há uma lei nacional que prevê incentivos para as empresas que aderirem a essa prorrogação, e também uma proposta nacional para que isso seja validado para todas as mulheres em nosso país. Como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, gostaria de dizer que a proteção da criança começa bem cedo, no pré-natal, na gestação, na atenção à gestante e, principalmente, no cuidado e carinho fundamentais e insubstituíveis nos primeiros meses de vida, com a alimentação, a acolhida e o calor humano. Nada melhor que neste mês das mães homenagear as mulheres com essa medida e também acolher as nossas crianças, pois o papel da mãe é insubstituível. Por isso, Deputado Padre João, V. Exa. também está de parabéns pela compreensão nos momentos mais difíceis em relação a matérias da pauta. Sabemos da importância desse projeto, e agora, tenho certeza, dessa lei para as servidoras públicas estaduais.

O Deputado Padre João - Obrigado, Deputado André Quintão. Sr. Presidente, também é importante o Projeto de Lei nº 4.412. Quero ainda destacar a conquista das mães que estão no serviço público. Na verdade quem ganha é o recém-nascido, que poderá ter não apenas a companhia da mãe, mas também uma alimentação regular. Isso é, de fato, uma grande conquista e uma contribuição da Assembleia Legislativa. É importante destacar também a conquista do Serjusmig e do Sinjus-MG e o nosso apoio na votação da criação dos 54 cargos para o Tribunal de Justiça, casando a discussão de dois projetos: um de interesse maior do Tribunal de Justiça, dos Desembargadores, e o outro de interesse dos servidores. Queremos não apenas a fixação da data-base, mas também a recomposição da perda salarial dos servidores. Essa é uma grande conquista que contou com o empenho da própria Comissão de Administração Pública e faz justiça com os servidores do TJ. Ressalto o nosso empenho. Quero agradecer tanto ao Desembargador Sérgio Resende, que está saindo, quanto ao Desembargador Cláudio, que está entrando. Houve por parte deles o bom senso de acolher as reivindicações da fixação da data-base e da recomposição da perda, mas não a retroatividade. Espero que o índice seja de 10,14%, como propôs a nossa emenda, apresentada ontem na Comissão de Administração Pública. Ressalto a importância da Mensagem nº 489/2010 e do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$64.960.095,00. Esse valor é para o pagamento de benefícios do Programa Estadual de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/5/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Neider Moreira

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/5/10, que nomeou Rosse Andrade Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Mateus Coelho Andrade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando Gustavo Magalhães Assis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Dayvid Mayne Antunes Tolentino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Cemig Distribuição S.A. Objeto: fornecimento de energia elétrica. Objeto deste aditamento: altera a cláusula segunda, perfazendo acréscimo de 2,58% ao valor do contrato. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 despesa. 33.90.(10.1).